



## **Mais burocracia e menos Educação: a gestão “plataformizada” de Renato Feder em São Paulo**

Um conjunto recente de ações da Seduc-SP intensifica os dispositivos de controle do trabalho docente baseado no gerencialismo, ou seja, na importação de pressupostos da gestão privada para a escola pública, por meio da utilização de tecnologia digital. Está em curso em São Paulo uma intensa “plataformização” do ensino, realizada sem a devida transparência e controle social. Considerando que os dados hoje são produtos valiosos com alto valor de mercado é preocupante a velocidade com que avança esse processo em São Paulo, estado que possui a maior rede de ensino do país, com dados de milhares de professores e estudantes.

A Portaria do Coordenador de 27/07/2023 estabeleceu que a direção escolar deve observar as aulas dos/as professores/as como parte de sua rotina de trabalho. A observação deve ser registrada numa planilha de modelo único produzida pela Seduc-SP, com metas quantitativas a serem cumpridas, que não respeitam a diversidade dos contextos escolares. Com repercussão negativa na grande mídia, a pergunta ainda não respondida pela Seduc-SP é: como a observação das aulas e o preenchimento da planilha podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos/as estudantes?

A referida medida vem causando constrangimentos nas escolas, gerando um clima de vigilância, desconfiança e insegurança, além de consumir tempo que a equipe gestora poderia destinar à melhoria da educação escolar realizando formação continuada das equipes e desenvolvendo ações coletivas, colaborativas e democráticas, estas sim adequadas aos ambientes educativos. Planejamento conjunto e acompanhamento de aulas pelos pares são práticas pedagógicas importantes nas escolas, no entanto, foram transformadas pela Seduc-SP em obrigatoriedade burocrática sem fundamentação aceitável.

A intensificação da vigilância vem sendo realizada com o uso de plataformas e aparatos de tecnologia da informação. O Painel BI (Business Intelligence) da Seduc-SP congrega nove plataformas denominadas de apoio à aprendizagem: Aluno Presente, Prova Paulista, Redação Paulista, Tarefa SP, Prepara SP, Khan Academy, Mega Escola, Alura e Matific. São dispositivos da iniciativa privada cujos benefícios pedagógicos para os estudantes são duvidosos, mas que certamente irão gerar milhares de dados que poderão ser utilizados e/ou

comercializados, colocando nas mãos de empresas privadas, com uso obscuro e legalmente duvidoso, um enorme conjunto de dados públicos.

A “plataformização” do ensino visa controlar em tempo real a aplicação daquilo que a Seduc-SP definiu de forma unilateral e antidemocrática como sendo o conteúdo e a forma da educação escolar de crianças, jovens e adolescentes que estudam na rede estadual paulista. Isso é preocupante, uma vez que diversos materiais didáticos de uso obrigatório, como os slides, chamados de Material Digital, apresentam graves erros conceituais e de metodologia e não têm autoria conhecida<sup>1</sup>.

O ano de 2024 começou com grande insegurança nas escolas com um vai-e-vem de orientações sobre atribuição de aulas. No mesmo período, foi publicada a Resolução Seduc n. 4, de 19 de janeiro que estabeleceu a Avaliação de Desempenho de Diretores Escolares/Diretores de Escola, com base nos seguintes indicadores:

- I - Frequência escolar;
- II - Participação nas avaliações bimestrais;
- III - Uso das plataformas digitais;
- IV - Índice de vulnerabilidade da unidade escolar.

Os critérios não estão relacionados com a qualidade do ensino, pois a direção escolar não será avaliada pela sua atuação pedagógica com base em princípios democráticos e de trabalho coletivo que possam construir uma educação de qualidade socialmente referenciada. Os critérios reforçam mais uma vez a perspectiva burocrática e controladora, pautando-se na quantificação de frequência escolar, participação dos/as estudantes nas avaliações e no uso das plataformas digitais. Pouco importa nesta avaliação de desempenho a qualidade do trabalho realizado pelas/nas escolas, mas se os estudantes são frequentes; pouco importa se efetivamente aprenderam, mas se participaram das avaliações; pouco importa os conhecimentos que adquiriram, se sabem ler e interpretar textos ou realizar cálculos e equações, mas se estiveram “logados” nas plataformas digitais. É mais um passo na destruição da educação escolar paulista.

A justificativa indicada para a realização da referida avaliação - aprimorar mecanismos de avaliação, adotar critérios quantitativos para análise objetiva e adotar princípios meritocráticos - mostram que a finalidade principal é obrigar a direção escolar a cumprir as determinações autoritárias da Seduc, um gerencialismo que se manifesta na sua essência, isto

---

<sup>1</sup> GIELOW, Igor. Professores apontam falhas em aulas digitais de Tarcísio em SP. Folha de São Paulo, 16 ago 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/aulas-digitais-de-tarcisio-em-sp-sao-alvo-de-criticas.shtml>

é, como dispositivo de controle da gestão escolar e de professores, mas sem compromisso com a formação dos estudantes.

Dessa forma, a complexidade do trabalho da direção escolar se resume a algo burocrático, “objetivo” e quantificável. Subtrai-se desta avaliação a coordenação do trabalho educativo que envolve muito mais que a frequência dos alunos, a participação nas avaliações e o “pseudo” uso das plataformas por parte dos estudantes. Aliás, o efetivo uso das plataformas e o aprendizado no ambiente digital foram, até agora, inexistentes na rede estadual. A avaliação não considera ainda as condições objetivas de funcionamento das escolas e de trabalho dos profissionais da educação.

Além da questionável conexão desses indicadores com a melhoria do ensino, os procedimentos podem agravar a situação escolar, pois desviam os profissionais da educação de suas tarefas formativas, destinando a maior parte do tempo de trabalho para o preenchimento de planilhas destinadas às instâncias superiores que, por sua vez, não dispõem de profissionais em número suficiente para realizar a leitura dos documentos. Além disso, a nova Resolução cria a possibilidade de afastamento da direção escolar mediante uma avaliação ruim, ampliando para o conjunto das escolas uma realidade já presente no Programa Ensino Integral (PEI), impondo ao conjunto da rede a pedagogia do medo e do cumprimento de tarefas em substituição à pedagogia da autonomia, do compromisso, da crítica e da criatividade.

Consolidando este ciclo, o Provão Paulista (Resolução Seduc- n. 43/2023), que estabelece um conjunto de provas seriadas para o 2º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental e para as 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio, com base nas habilidades do Currículo Paulista, na Matriz de Referência para Avaliação e na Matriz de avaliação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, fortalece as ações de controle do trabalho docente, mas a partir de um novo dispositivo.

O Provão Paulista, vinculado ao Saesp, tem como finalidade, de acordo com Seduc-SP, produzir indicadores para subsidiar as políticas educacionais do estado de São Paulo, embora também tenha sido apresentado como instrumento que será usado para dar “mais uma chance de alunos da rede pública ingressarem nas instituições estaduais paulistas de ensino superior”<sup>2</sup>.

Portanto, o Provão Paulista representa a última peça do quebra-cabeça no que diz respeito ao controle do trabalho docente. Em São Paulo, já existia uma inter-relação entre conteúdo, materiais didáticos, metodologias, avaliações (tanto dos alunos quanto dos

---

<sup>2</sup> <https://www.educacao.sp.gov.br/provao-paulista-saiba-tudo-sobre-avaliacao/>. Acesso em 16 jan. 2024.

professores), remuneração variável baseada no bônus por mérito, e a própria noção de sucesso ou fracasso, divulgada pelo desempenho e produtividade nas avaliações institucionais. Com o Provão Paulista, no entanto, a comunidade escolar é ainda mais incentivada a focar no cumprimento integral do currículo paulista - de qualidade duvidosa como já pontuamos.

Essas diversas ações de controle externo do trabalho realizado nas escolas entram em conflito com as condições efetivas disponíveis nas unidades escolares. Destacamos que continuamos a observar a ausência de profissionais da educação que possam viabilizar o funcionamento das escolas, inclusive porque, em muitas delas, o quadro de agentes de organização escolar está incompleto, o que pode dificultar, inclusive, o acompanhamento das ações propostas pela Seduc. Sem contar que as novas regras buscam controlar o trabalho docente sem garantir o básico: a presença de professores. A rede que ficou 10 anos sem realizar concursos para professores, que é famosa pelos baixos salários pagos e que não conseguiu finalizar o último concurso em tempo de suprir a falta de professores para início do ano letivo, não está em condições de cobrar “excelência educacional” e bom desempenho de ninguém.

As reformas educacionais em São Paulo, a exemplo de várias partes do mundo, têm procurado penetrar na célula de trabalho docente, ou seja, na sala de aula, com o intuito de concretizar as políticas concebidas pelos órgãos centrais. Reconfigurar a governabilidade da escola, modificando as formas de atuação da direção escolar como uma liderança responsável pela implementação da política de resultados e superar a dicotomia entre o poder corporativo docente e o isolamento dos órgãos formuladores de políticas são os principais objetivos da reforma educacional. Se a educação é uma tarefa complexa demais para ser conduzida por professores isolados, não será pelo monitoramento constante e minucioso proposto que a Seduc irá qualificar a rede e melhorar a qualidade das práticas pedagógicas. Desse modo, a educação paulista continuará encurralada numa lógica tecnicista cada vez mais afastada da pedagogia, do conhecimento e do aprendizado, perdida em planilhas inócuas que não tem produzido nem melhores resultados, nem melhor educação.